



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008608-16.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **BRUNA LETICIA LOTRARIO**
 Requerido: **UNOPAR - EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que no início de 2015 fez transferência para o Curso de Administração da ré (7º período), efetuando o pagamento da respectiva matrícula.

Alegou ainda que mesmo sem receber a confirmação da matrícula continuou os estudos por orientação do coordenador do polo de São Carlos, até que a ré começou a cobrar-lhe o valor das mensalidades e não renovou sua matrícula para o segundo semestre.

Já a ré em contestação refutou a dinâmica fática descrita pela autora.

Esclareceu que ela ingressou no curso mencionado por meio de vestibular, mas foi reprovada no primeiro semestre porque não realizou atividade alguma.

Ademais, salientou que a autora em momento posterior pleiteou a transferência para a instituição, mas como já estava matriculada isso não foi possível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No cotejo das provas produzidas, reputo que assiste razão à autora.

De início, não extraio dos autos comprovação segura de que ela tivesse ingressado na ré mediante vestibular, transparecendo a "tela" de fl. 33, unilateralmente confeccionada, insuficiente para estabelecer convicção a propósito.

O documento de fl. 87 (relação do que seria necessário para a autora fazer a transferência para a ré, o que não foi impugnado especificamente por esta), aliás, corrobora a alegação de que a autora fez a transferência para a ré de outro estabelecimento de ensino, afastando seu ingresso por vestibular.

As gravações coligidas pela autora, ademais, são elementos eloquentes da falha da ré na prestação dos serviços a seu cargo quanto a esse assunto e quanto ao desdobramento dos acontecimentos.

A transcrição de fls. 78/85 corresponde ao conteúdo das mídias apresentadas, extraído-se delas que o coordenador do polo da ré em São Carlos, de nome Alberto, reconheceu o erro da Secretaria da instituição sem que a autora tivesse contribuído para isso.

Os diálogos gravados dão conta de que a autora não necessitaria sequer fazer vestibular e que se limitou a realizar uma redação para que sua entrada junto à ré fosse regularizada.

Outrossim, revelam que esse coordenador estava tentando acertar a situação da autora junto à responsável por todos os polos da ré e chegou a assumir para si o pagamento dos valores cobrados da mesma porque não havia lastro para que ela o fizesse.

Ficou configurado que a não aceitação da primeira matrícula da autora e que a recusa à rematrícula, para o segundo semestre do ano em curso, não foram justificadas, mas de qualquer modo os problemas tiveram início já no começo de 2015.

É relevante destacar que a ré, instada a pronunciar-se sobre essas provas (fl. 89), permaneceu silente (fl. 99), o que remete à ausência de impugnação sobre o conteúdo da mesma.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Diante da desídia da ré, a autora deverá retomar os estudos nos moldes do que pleiteou a fl. 01, observando-se que nenhum valor pretérito poderá ser cobrado da mesma.

Como tocou à ré a responsabilidade pelos problemas em apreço, reconhece-se que a autora foi a grande prejudicada por isso, perdendo considerável espaço de tempo em seus estudos.

Poderá inclusive em função disso buscar oportunamente, se o caso, o ressarcimento pelos danos que suportou pela incúria que a ré demonstrou ao menos na hipótese vertente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em efetuar a matrícula da autora no Curso de Administração para o ano letivo de 2016 em seu respectivo período, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 10.000,00.

Intime-se a ré pessoalmente para cumprimento imediato da obrigação ora estipulada independentemente do trânsito em julgado da presente.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**